

PROJECCÇÕES 2030 e o FUTURO

ENCONTRO

PRESENTE
NÃO FUTURO

 www.presentenofuturo.pt



ÍNDICE

PROJECCÕES 2030 e o FUTURO

Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa

1. NOTA INICIAL	P 03
2. OS “SE”	P 05
3. OS “ENTÃO”	P 06
4. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS 2030	P 07

COMENTÁRIOS E ENTREVISTA

CENÁRIO ZERO: OUTRO JOGO DE GERAÇÕES? Ana Nunes de Almeida	P 12
—	
CENÁRIOS, PREVISÕES E POLÍTICAS António Barreto	P 14
—	
POPULAÇÃO E ESTADO SOCIAL: DEMOGRAFIA CONTRA SEGURANÇA SOCIAL Fernando Ribeiro Mendes	P 16
—	
REFLEXÕES, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO: MENOS JOVENS = MENOS DESPESA NA EDUCAÇÃO? Pedro Telhado Pereira	P 18
—	
O FUTURO INEVITÁVEL DA DEMOGRAFIA Carl Haub	P 20



PROJECCIONES 2030 e o FUTURO

MARIA FILOMENA MENDES
MARIA JOÃO VALENTE ROSA

1. NOTA INICIAL

A população não se fixa no tempo, tem movimento, está em permanente alteração, vai adquirindo novas configurações. As alterações na demografia são consequência de várias causas.

1º

Das características intrínsecas da população actual (por exemplo, a maioria das pessoas que existirão daqui a vinte anos já é hoje nascida e será vinte anos mais velha).

2º

Dos nascimentos entretanto ocorridos e que estão na origem dos futuros jovens. Essa quantidade de nascimentos é resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina no período fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (índice sintético de fecundidade – ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos) e, dentro destas, nas idades mais férteis (20-29 anos).

3º

Dos óbitos entretanto verificados e que são o resultado dos níveis de mortalidade e da estrutura etária da população, ou seja, da probabilidade de morte nas várias idades (a qual pode ser traduzida em valores de esperança de vida) e do número de pessoas que integram as várias idades, em especial nas idades superiores.

4º

Dos fluxos migratórios, ou seja, das entradas (imigrantes) e saídas (emigrantes) de pessoas da população em análise.

Entre os quatro elementos identificados, o mais incerto é o último: os fluxos migratórios. Por um lado, pelos baixos níveis de cobertura e registo das deslocações das pessoas, assim como pela deficiente qualidade dos apuramentos de entradas e saídas do território nacional. Por outro lado, os fluxos migratórios são uma componente muito inconstante, dificilmente respeitando tendências no tempo, estando ligados de forma profunda a factores instáveis e dificilmente previsíveis (sobretudo económicos e políticos) tanto nacionais como internacionais, para já não falar de decisões administrativas e políticas (criação de quotas de imigração, factos excepcionais de carácter político ou humanitário, etc.).

Tentar prever a população possível no futuro permite às pessoas conhecerem-se melhor e compreenderem as implicações das suas decisões, pois o futuro também se constrói. E daí este

exercício de elaboração de cenários demográficos prospectivos para Portugal até 2030. Através deles pretende-se não só antecipar o impacto de algumas alternativas possíveis e que dizem respeito aos comportamentos demográficos, como também trazer para o presente algumas certezas sobre o futuro, para uma mais consciente adaptação da sociedade ao curso dos factos. Pretende-se, assim, com estes resultados, dar elementos para uma mais sustentada reflexão e uma mais informada discussão sobre as tendências populacionais em curso.

Imaginar a população possível no futuro não é um exercício de adivinhação nem uma profecia. Aliás, a margem de erro associada às projecções demográficas de curto e médio prazo não é tão elevada quanto as que existem, por exemplo, noutras áreas, como a economia, marcadas por flutuações conjunturais. Essa baixa margem de erro (essencialmente quando o tempo futuro das projecções é próximo) é explicada pelo facto de parte da população do futuro já hoje existir. Também as incertezas em relação à evolução futura da mortalidade e da fecundidade não são totais, pois esses comportamentos inscrevem-se em tendências pesadas: não é expectável que, por exemplo, os níveis de mortalidade aumentem significativamente ou que se regresse a uma situação de descendências numerosas. Mas, mesmo que tal acontecesse, os reflexos dessas alterações não seriam imediatos. Por exemplo, se os níveis de fecundidade aumentarem de forma significativa, o número de nascimentos poderá não aumentar no curto prazo (caso os progenitores sejam menos que os da geração dos seus pais) e o número de pessoas em idades avançadas não vai variar, por essa mudança só implicar com uma parte da população (a mais jovem). O maior factor de erro em demografia prospectiva, mesmo para momentos próximos, advém dos movimentos migratórios. Estas caracterizam-se pela sua baixa previsibilidade. Embora esta componente possa influenciar decisivamente, no imediato, a configuração da população e mesmo inverter ou desacelerar o ritmo com que certas tendências demográficas se manifestam, os fluxos migratórios não foram considerados no presente exercício que destaca o inevitável em demografia. Ou antes, o que é quase inevitável, isto é, as tendências fortes mais visíveis.

A partir da utilização de metodologias prospectivas sólidas (método das componentes por coortes), apresentam-se três cenários. As diversas características dos cenários previstos para 2030 são exclusivamente devidas às diferentes hipóteses em que se basearam e que apenas têm em conta a fecundidade e a esperança de vida.

Embora os cenários tenham 2030 como ano alvo, apresentam-se, ainda, os resultados indicativos para 2050, visando extremar no tempo o efeito de determinados comportamentos. Como é evidente, as precauções indispensáveis quanto às projecções para 2030 são ainda mais severas e drásticas para as projecções até 2050.

A leitura dos resultados dos cenários deverá ser condicional, isto é: "se... então...". Os "se" são as hipóteses e os "então" os resultados possíveis.

2. OS “SE”

CENÁRIO 0

O primeiro “se” considera que, entre 2010 e 2030 e entre 2030 e 2050, tudo ficaria como hoje, sem alterações, em termos de fecundidade e de um número médio de filhos por mulher de 1,37 (ISF- índice sintético de fecundidade) e uma esperança de vida à nascença de 76,4 anos para os homens e de 82,3 anos para as mulheres.

Comentário:

O interesse deste cenário é essencialmente pedagógico. Pretende ilustrar os efeitos dos comportamentos actuais de fecundidade e de mortalidade sobre a dinâmica e as características da população, imaginando que nada se alteraria, o que não é expectável.

CENÁRIO 1

O segundo “se” considera um aumento dos níveis de fecundidade – atingindo os 2,0 filhos por mulher em 2030 e os 2,1 filhos em 2050 (limiar da substituição de gerações). Assim como um aumento da idade de mortalidade: a esperança de vida à nascença dos homens passaria dos actuais 76,4 anos para 80 anos (em 2030 e 2050) e a esperança de vida das mulheres passaria dos actuais 82,3 anos para 86 anos (em 2030 e 2050).

Comentários:

1.
*A evolução assumida para a **mortalidade** é expectável, pois sabemos que ainda se está longe do limite da longevidade humana e, como tal, é possível esperar que se continuem a observar ganhos de vida nas próximas décadas. Esses ganhos são, apesar de tudo, inferiores aos observados nas últimas duas décadas (de 1990 a 2010, o acréscimo em anos da esperança de vida em Portugal cifrou-se em 5,8 anos para os homens e em 4,8 anos para as mulheres), pois sabemos que quanto mais elevada é a esperança de vida mais ténues são os ganhos médios de vida. Os valores que se assumiram como objectivo em 2030 não são irrealistas, próxima, aliás, dos níveis de esperança de vida à nascença verificados em países como o Japão, Suécia (homens) e Espanha ou França (mulheres).*

2.
*A evolução da **fecundidade** pode ser considerada “optimista”. Em Portugal, desde 1982 que o número médio de filhos está abaixo da substituição de gerações (ou seja, 2,1 filhos por mulher). Não é expectável que, até 2030, o índice aumente assim tão significativamente, atingindo um valor próximo de 2,1 filhos.*

O interesse desta hipótese é, acima de tudo, de avaliação dos eventuais reflexos que um forte aumento dos níveis de fecundidade teria na evolução futura da população. Poderíamos antecipar, por exemplo, se a população deixaria de envelhecer na circunstância de um aumento significativo dos níveis de fecundidade.

CENÁRIO 2 (O MAIS PLAUSÍVEL)

O terceiro “se” considera um aumento dos níveis de fecundidade mais moderado, atingindo os 1,6 filhos em 2030 e em 2050. Mas, para a mortalidade, utilizámos valores iguais ao cenário anterior: a esperança de vida à nascença dos homens passaria dos actuais 76,4 anos para 80 anos (em 2030 e 2050) e das mulheres passaria dos actuais 82,3 anos para 86 anos (em 2030 e 2050).

Comentários:

1.
As hipóteses de mortalidade são idênticas às do cenário anterior (ver comentário 1, do Cenário 1)

2.
A hipótese de fecundidade é plausível atendendo, aliás, à experiência de outros países, do Norte e Centro da Europa, que iniciaram o processo de transição de modelo de fecundidade mais cedo que Portugal. Em muitos desses países, os níveis de fecundidade, após quebras significativas, voltaram a subir (mas nunca regressando a níveis de fecundidade superiores a 2,1 filhos por mulher). Além das questões relacionadas com os ambientes sociais ou culturais mais favoráveis à procriação, existe uma razão técnica que explica, em parte, o aumento da fecundidade (traduzida nos valores do ISF – índice sintético de fecundidade). Esta tem que ver com a alteração do padrão de fecundidade: passagem de uma fecundidade mais precoce para mais tardia. Na fase de transição em que nos encontramos, os níveis de fecundidade atingem valores muito baixos parcialmente explicados por as mulheres mais velhas, que tinham um modelo de fecundidade precoce, já terem tido os seus filhos e as mulheres mais jovens, que já seguem um modelo de fecundidade mais tardia, ainda não os terem tido. Assim, as mulheres mais jovens, que adiaram o seu projecto de maternidade, quando atingirem as idades mais maduras terão provavelmente os filhos que projectaram para mais tarde, do que poderá resultar um aumento do ISF por comparação ao observado na fase de transição (de passagem de fecundidade precoce para tardia).

3. OS “ENTÃO”

(sem a influência dos movimentos migratórios)

A

A população de Portugal diminuirá, podendo não ultrapassar os 10 milhões em 2030. Portugal poderá contar com menos meio milhão de pessoas que actualmente, o mesmo número de habitantes nos próximos vinte anos que há duas décadas (em 1991, a população de Portugal era de 9 867 147). Esse decréscimo populacional será tanto maior quanto menor for o nível de fecundidade. Mas, mesmo que a fecundidade aumente, a população não deixará de diminuir.

B

A população de Portugal continuará a registar mais óbitos que nascimentos, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem. Esse défice poderá equivaler, em 2030, mais do triplo do que foi observado em 2011 (-6 mil).

C

Entre 2010 e 2030, o número de pessoas nas idades jovens e activas até aos 50 anos poderá diminuir. Paralelamente, a **população com mais de 50 anos** deverá aumentar, não só em termos absolutos como relativos e poderá **representar quase metade da população** em 2030 (em 2010 representa 38 %). Por outro lado, **uma em cada quatro pessoas poderá ter 65 + anos em 2030** (em 2010, Portugal já é um dos países mais envelhecidos do mundo, pois uma em cada cinco pessoas tem 65 e + anos).

D

Em 2030, a população de Portugal será ainda mais envelhecida que actualmente, mesmo admitindo um significativo aumento dos níveis de fecundidade. **O número de pessoas com 65 + anos poderá, em 2030, ser o dobro do número de pessoas com menos de 15 anos e atingir quase o triplo em 2050.** É o contrário do que existia em 1981: nesse momento, o número de jovens representava o dobro da população com 65 e + anos. Mesmo com um aumento significativo dos níveis de fecundidade, o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 com menos de 15 anos poderá ser superior a 180 em 2030, quando em 2010 é de 128.

E

O número de pessoas com 65 e + anos poderá, em 2030, representar quase metade do número de pessoas em idade activa, quando actualmente equivale a pouco mais de um quarto.

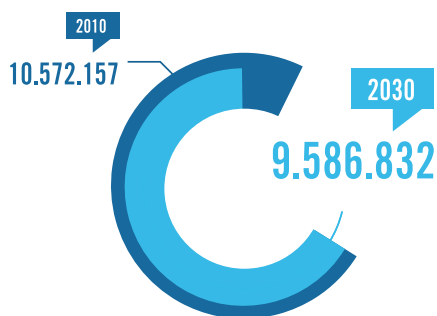
4. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS 2030

CENÁRIO 0

Considera que, entre 2010 e 2030, tudo restaria como hoje, sem alterações, em termos de fecundidade e de mortalidade.

POPULAÇÃO TOTAL

A população de Portugal diminuirá, podendo não ultrapassar os 10 milhões em 2030.



POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

Em 2030 o número de jovens poderá diminuir e o de idosos aumentar.



Nº de idosos por cada 100 pessoas em idade activa:



ESPERANÇA DE VIDA



FECUNDIDADE

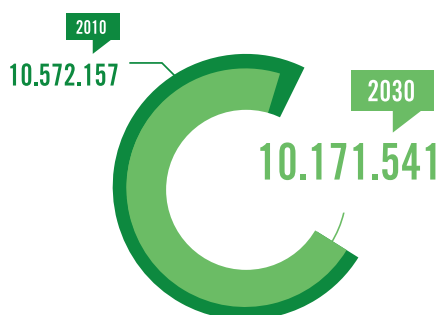


CENÁRIO 1

Considera, entre 2010 e 2030, um aumento significativo dos níveis de fecundidade, e uma diminuição dos níveis de mortalidade.

POPULAÇÃO TOTAL

A população de Portugal diminuirá, podendo ser próxima de 10 milhões em 2030.



POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

Em 2030 o número de jovens poderá diminuir e o de idosos aumentar.



Nº de idosos por cada 100 pessoas em idade activa:



ESPERANÇA DE VIDA



FECUNDIDADE

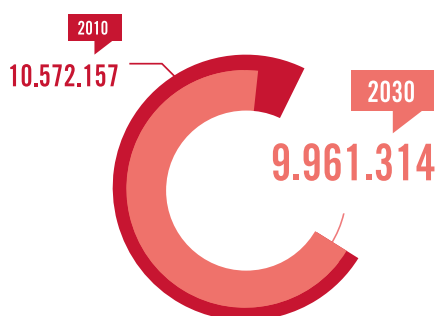


CENÁRIO 2

Considera, entre 2010 e 2030, um ligeiro aumento dos níveis de fecundidade e uma diminuição dos níveis de mortalidade.

POPULAÇÃO TOTAL

A população de Portugal diminuirá, podendo não ultrapassar os 10 milhões em 2030.



POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

Em 2030 o número de jovens poderá diminuir e o de idosos aumentar.



Nº de idosos por cada 100 pessoas em idade activa:



ESPERANÇA DE VIDA



FECUNDIDADE

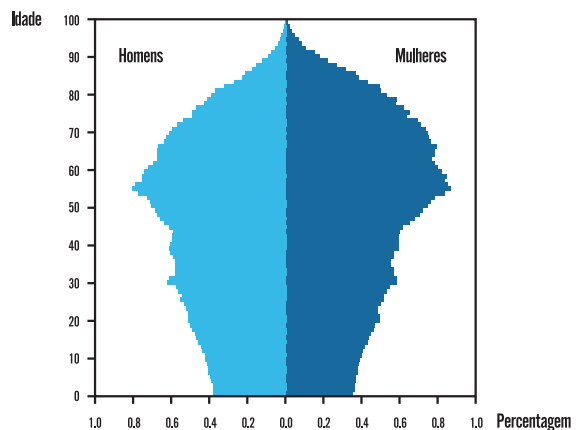
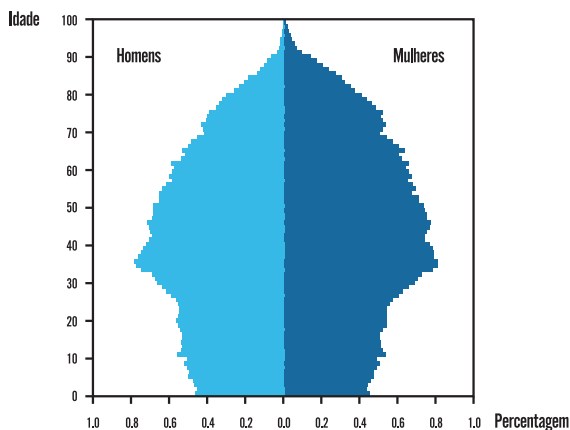


Cenário 0 (MO&FO)	2010	2030	2050
População Total	10.572.157	9.586.832	7.885.329
Homens (H)	5.054.330	4.572.849	3.757.976
Mulheres (M)	5.517.827	5.013.983	4.127.353
0-14 anos (J - Jovens)	1.575.900	1.144.671	883.009
15-24 anos (Adultos mais jovens)	1.148.690	935.752	698.120
25-64 anos (Adultos menos jovens)	5.832.705	5.068.394	3.792.898
65+ anos (I - Idosos)	2.014.862	2.438.016	2.511.302
% Mulheres	52,2	52,3	52,3
% Jovens (0-14)	14,9	11,9	11,2
% Adultos (15-64)	66,0	62,6	57,0
% Idosos (65+)	19,1	25,4	31,8
% 50+ anos	38,2	48,6	51,9
Índice Envelhecimento (I/J*100)	127,9	213,0	284,4
Índice de Longevidade (85+/65+*100)	11,7	12,2	14,4
Relação Dependência Total ((J+I)/A*100)	51,4	59,7	75,6
Relação Dependência Jovens (J/A*100)	22,6	19,1	19,7
Relação Dependência Idosos (I/A*100)	28,9	40,6	55,9
Tx Bruta Natalidade (‰)	9,6	7,4	6,7
Tx Bruta Mortalidade (‰)	10,0	14,4	18,9
Índice Sintético Fecundidade	1,37	1,37	1,37
Esperança de vida à nascença - H (anos)	76,4	76,4	76,4
Esperança de vida à nascença - M (anos)	82,3	82,3	82,3

Parâmetros: Fecundidade de 1,37 filhos; esperança de vida à nascença de 76,4 anos (H) e de 82,3 anos (M)

População 31/12/2010 (10,6 milhões)

População 2030 (9,6 milhões) Cenário MO&FO

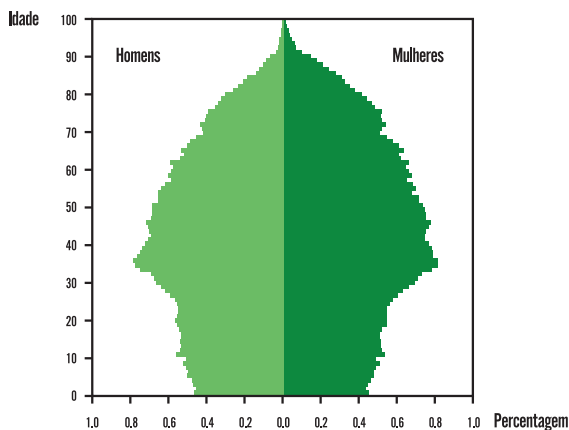


Cenário 1 (M1&F1)

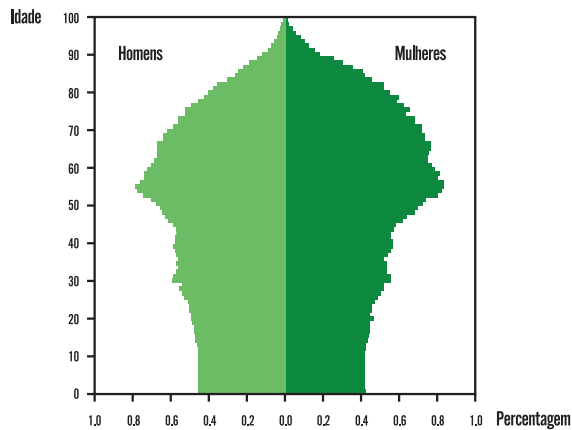
	2010	2030	2050
População Total	10.572.157	10.171.541	9.381.545
Homens (H)	5.054.330	4.872.808	4.525.053
Mulheres (M)	5.517.827	5.298.733	4.856.492
0-14 anos (J - Jovens)	1.575.900	1.458.468	1.445.178
15-24 anos (Adultos mais jovens)	1.148.690	957.802	1.005.218
25-64 anos (Adultos menos jovens)	5.832.705	5.099.528	4.025.887
65+ anos (I - Idosos)	2.014.862	2.655.743	2.905.262
% Mulheres	52,2	52,1	51,8
% Jovens (0-14)	14,9	14,3	15,4
% Adultos (15-64)	66,0	59,6	53,6
% Idosos (65+)	19,1	26,1	31,0
% 50+ anos	38,2	48,2	48,2
Índice Envelhecimento (I/J*100)	127,9	182,1	201,0
Índice de Longevidade (85+/65+*100)	11,7	14,0	17,9
Relação Dependência Total ((J+I)/A*100)	51,4	67,9	86,5
Relação Dependência Jovens (J/A*100)	22,6	24,1	28,7
Relação Dependência Idosos (I/A*100)	28,9	43,8	57,7
Tx Bruta Natalidade (‰)	9,6	10,0	10,3
Tx Bruta Mortalidade (‰)	10,0	11,8	15,8
Índice Sintético Fecundidade	1,37	2,0	2,1
Esperança de vida à nascença - H (anos)	76,4	80,0	80,0
Esperança de vida à nascença - M (anos)	82,3	86,0	86,0

Parâmetros: Fecundidade de 2,0 filhos (2030) e 2,1 filhos (2050); esperança de vida à nascença de 80,0 anos (H) e de 86,0 anos (M)

População 31/12/2010 (10,6 milhões)



População 2030 (10,0 milhões) Cenário M1&F1

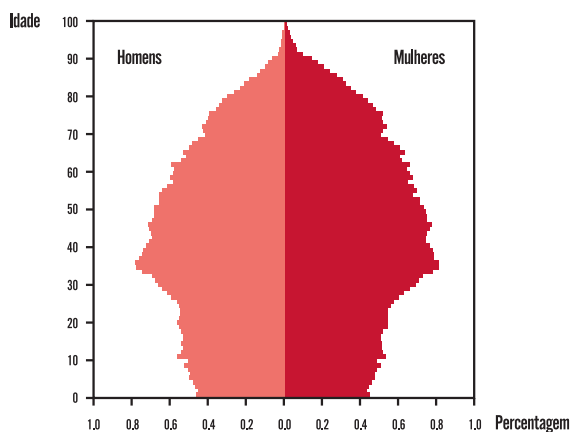


Cenário 2 (M1&F2)

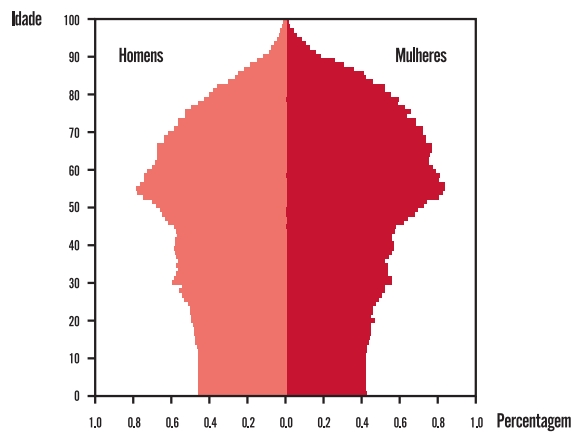
	2010	2030	2050
População Total	10.572.157	9.961.314	8.690.945
Homens (H)	5.054.330	4.765.129	4.171.415
Mulheres (M)	5.517.827	5.196.185	4.519.529
0-14 anos (J - Jovens)	1.575.900	1.261.238	1.068.494
15-24 anos (Adultos mais jovens)	1.148.690	944.805	811.598
25-64 anos (Adultos menos jovens)	5.832.705	5.099.528	3.905.590
65+ anos (I - Idosos)	2.014.862	2.655.743	2.905.262
% Mulheres	52,2	52,2	52,0
% Jovens (0-14)	14,9	12,7	12,3
% Adultos (15-64)	66,0	60,7	54,3
% Idosos (65+)	19,1	26,7	33,4
% 50+ anos	38,2	49,2	52,0
Índice Envelhecimento (I/J*100)	127,9	210,6	271,9
Índice de Longevidade (85+/65+*100)	11,7	14,0	17,9
Relação Dependência Total ((J+I)/A*100)	51,4	64,8	84,2
Relação Dependência Jovens (J/A*100)	22,6	20,9	22,7
Relação Dependência Idosos (I/A*100)	28,9	43,9	61,6
Tx Bruta Natalidade (‰)	9,6	8,2	7,6
Tx Bruta Mortalidade (‰)	10,0	16,1	22,3
Índice Sintético Fecundidade	1,37	1,6	1,6
Esperança de vida à nascença - H (anos)	76,4	80,0	80,0
Esperança de vida à nascença - M (anos)	82,3	86,0	86,0

Parâmetros: Fecundidade de 1,6 filhos; esperança de vida à nascença de 80,0 anos (H) e de 86,0 anos (M)

População 31/12/2010 (10,6 milhões)



População 2030 (10,0 milhões) Cenário M1&F2





COMENTÁRIOS

ANA NUNES DE ALMEIDA
ANTÓNIO BARRETO
FERNANDO RIBEIRO MENDES
PEDRO TELHADO PEREIRA



ENTREVISTA

CARL HAUB

CENÁRIO ZERO: OUTRO JOGO de GERAÇÕES?

ANA NUNES DE ALMEIDA

Investigadora Coordenadora, ICS-UL

Pró-Reitora, UL



1. Ao contrário do que muitas vezes pensamos, dados e números não falam por si. Na verdade, os «dados» nunca o são... há, sim, resultados construídos em função de um exercício intelectual, de uma certa maneira de olhar para a realidade e dos critérios que os sustentam. Tal e qual se passa com os «dados» demográficos. A primeira coisa a fazer é, pois, tomar distância e perceber que escolhas estão por detrás de números, índices e taxas.
2. Os três cenários prospectivos atribuem um papel de primeira grandeza à fecundidade e à esperança de vida. Não considerar a componente migratória traz porém riscos à navegação: a saída em massa de jovens para o estrangeiro, a que assistimos actualmente (e que tudo leva a crer se intensificará nos próximos anos) - homens e mulheres, em plena idade de procriar, altamente qualificados e profissionalmente activos – não pode deixar de vir a ter um impacto expressivo na demografia portuguesa das próximas décadas. Tanto mais que esta fuga não é compensada por fluxos de entrada equivalentes – nem em quantidade, nem em qualidade, nem em padrão de fecundidade.
3. A demografia não constitui, por outro lado, um recanto imune à mudança social, em sentido mais lato. Em sociedades de risco como aquelas em que vivemos, embaladas em processos de grande instabilidade e turbulência, qualquer previsão demográfica pode falhar pela irrupção de factores provenientes de outros recantos do tecido social. O crescimento exponencial das taxas de desemprego e dos empregos precários, as novas formas de pobreza, o desmembramento do Estado Social ou do próprio projecto europeu são exemplos dessas ameaças exteriores que podem trazer

perturbações bruscas e brutais nos comportamentos demográficos dos portugueses nos próximos 20 anos.

4. Dos três cenários apresentados, apenas o Cenário 0 me parece ajustado... Será irrealista prever o aumento do número de filhos por mulher para níveis de 1.6 ou 2.0 - quando entrámos em queda vertiginosa desde a década de 70, quando em 2010 estávamos nos 1.37, quando Portugal se integra no grupo de países da UE com os valores mais baixos de fecundidade, e apenas 12 países da UE 27 apresentaram, em 2009, taxas iguais ou superiores a 1.6 (e 4 igual ou acima de 2.0).
5. Admitindo, com optimismo, que o índice sintético de fecundidade se mantém nos níveis actuais, sairão reforçadas tendências já hoje detectadas. Desde logo, um acentuadíssimo envelhecimento da população portuguesa: muito menos crianças, menos jovens e adultos, muito mais idosos (sobretudo mulheres). Uma impressionante relação de dependência dos idosos surge com toda a clareza. Nas famílias, cuja dimensão continuará a diminuir, cresce a percentagem de casais sem filhos, e sobretudo a percentagem de filhos únicos. A tradicional proporção aritmética entre gerações fica invertida: há mais avós (4) do que pais (2) ou filhos (1). Os laços geracionais, de sentido vertical, tomam o exclusivo sobre os laços colaterais. As crianças crescem entre adultos na família, entre pares na escola; mas perdem experiências e contextos de socialização com irmãos, primos ou tios. De que modalidades se revestirá o jogo entre gerações, dentro e fora da família, tão decisivo no desenho e construção do futuro? Eis um tema em aberto para o Colóquio «Presente no Futuro».

CENÁRIOS, PREVISÕES e POLÍTICAS

ANTÓNIO BARRETO

Sociólogo,

Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos

Os cenários demográficos para 2030 (e, acessoriamente, para 2050), apresentados por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa, são de enorme interesse. Muitos julgávamos que já sabíamos tudo o que lá se diz e escreve. Apesar disso, estas previsões são fonte de grande surpresa e preocupação.

Dentro de vinte ou trinta anos, teremos a oportunidade de conferir com a realidade e chegaremos à conclusão de que estes cenários não se verificaram ou que, pelo contrário, acertaram. Ambas as situações são possíveis e em nada alteram o valor deste exercício.

As projecções servem para identificar tendências recentes e futuras. São igualmente úteis para determinar o que, salvo acontecimentos históricos importantes (epidemias, guerras, migrações em massa, factos políticos excepcionais, descobertas económicas relevantes, etc.), aconteceria à população se esta ficasse entregue exclusivamente às suas próprias dinâmicas demográficas.

O valor de uma projecção não reside, assim, na capacidade de previsão e certeza, mas na demonstração do possível. Sabemos quais são os limites (altos e baixos) da evolução provável. Ficámos a saber o que, sem a intervenção das políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis, poderá ser a população portuguesa dentro de duas a quatro décadas. Temos uma ideia das hipóteses para as quais necessitamos de nos preparar. Poderemos melhor dizer o que queremos ser ou o que desejamos evitar.

Sem migrações, a população portuguesa poderá ser de menos de oito milhões de cidadãos a quase dez milhões e meio. Em princípio, será igual ou muito menor do que actualmente. É provável que a natalidade e a fecundidade não sejam superiores aos valores de hoje. A parte idosa da população (mais de 50, mais de 65 e mais de 80 anos) continuará a aumentar. O grupo dos mais de 65 anos poderá em breve ser mais de um terço da população (hoje, não chega a 20%).

A sociedade em que viveremos, dentro de vinte ou quarenta anos, será muito diferente da que hoje conhecemos. Como as mudanças são aparentemente lentas e graduais («todos os anos muda um bocadinho...»), não chegamos bem a dar-nos conta. Mas sabemos já que não vai ser frequente encontrarmos crianças e adolescentes; que a maior parte da população terá mais de 50 anos; que as famílias continuarão a ter, em média, pouco mais de um filho por casal; que o interior e as zonas rurais do país estarão certamente muito mais abandonados e despovoados; que um grande número das escolas básicas actuais e muitas secundárias terão fechado; que talvez várias universidades tenham de encerrar; que vai ser necessário construir mais centros de saúde,

mais hospitais e mais escolas nas áreas metropolitanas e no litoral, enquanto deverão fechar muitas dessas instituições no interior; que as necessidades em medicina geriátrica e em cuidados paliativos serão muito maiores; que haverá muitas mais instituições públicas e privadas especializadas no acolhimento de idosos a viverem sozinhos; e que os agregados familiares terão, em média, duas pessoas ou menos. E sabemos também que o mais provável é que o Estado de protecção social conheça sérias dificuldades, dado que o número de activos contribuintes para a Segurança Social será mais ou menos igual ao de pensionistas. Essa relação, que seria de 1 para 1, é hoje de 1,7 para 1, o que já é fonte de preocupação e caso raro no mundo ocidental. Verificaremos, em 2030, se são ou não inúteis muitos dos investimentos que hoje se fazem em grande parte do país sem uma previsão ou uma consciência mais clara do que será a população nessas áreas.

Aparentemente aterradora, esta evolução é possível e tem algum grau de probabilidade. Mas, como disse acima, a realidade poderá ser diversa da previsão. Por si só, as migrações, de estrangeiros para Portugal ou de Portugueses para o estrangeiro, poderão alterar o panorama «projectado». O destino da União Europeia e as soluções financeiras, económicas e políticas que esta venha a encontrar terão também influência indiscutível sobre o nosso futuro. A evolução da economia mundial e o futuro enquadramento do comércio internacional terão seguramente consequências indeléveis na demografia portuguesa.

Sobretudo, as políticas públicas portuguesas (e europeias...) terão enorme importância. Desde que coerentes e não, como até agora, contraditórias. Não é recomendável tomar medidas natalistas hoje, antinatalistas amanhã. Não é do interesse nacional favorecer, por um lado, as grandes famílias e, por outro, encorajar as famílias monoparentais. Não é razoável fomentar a natalidade com a fiscalidade e encorajar o divórcio com a segurança social. Ou vice-versa! Nem é saudável encorajar e desencorajar, ao mesmo tempo, a política de integração e a de naturalização de estrangeiros. Como não é inteligente ter uma política da nacionalidade com pouco fundamento económico e social.

As políticas públicas são decisivas. Uma vez mais, desde que coerentes e que não contrariem os efeitos umas das outras. A criação de emprego, as obras públicas, as regras administrativas e políticas relativas às migrações e à naturalização, a fiscalidade, a política de saúde e de segurança social e o urbanismo decidirão muito do que os Portugueses serão. Por isso é de capital importância que saibamos mais sobre nós próprios. Que nos seja possível pensar melhor no que queremos ser. Que tenhamos consciência do possível, a fim de traçarmos o que é provável. Chama-se a isso liberdade!

POPULAÇÃO e ESTADO SOCIAL: DEMOGRAFIA CONTRA SEGURANÇA SOCIAL

FERNANDO RIBEIRO MENDES

Economista

Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão



Breve reflexão sobre os cenários demográficos 2010-2050 para Portugal

1. Pressupostos e resultados das projecções

Fecundidade: mesmo quando os demógrafos adoptam um pressuposto de fecundidade menos pessimista, seja de recuperação (MFM/MJVR - Cenários Demográficos 2030) ou de convergência (EU/AWG - Ageing Report 2012), o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) nunca ultrapassa 2,1 - o nível teórico de substituição de gerações - e um cenário com este mesmo valor é realmente heróico!

O ponto interessante, em termos de políticas sociais, é o seguinte: após décadas de políticas públicas de incentivos variados à natalidade o impacto, reconhecido pelos peritos, de tais medidas sobre os comportamentos das famílias é claramente insuficiente (mesmo nos países onde as experiências são mais concludentes) para inverter o declínio histórico da fecundidade e recuperá-la a níveis de reposição das gerações.

Segundo o EU/AWG - Ageing Report 2012, a perspectiva mais razoável é: «as a result of the convergence assumption, the largest increases in fertility rates are projected to take place in Latvia, Hungary and Portugal, which have the lowest fertility rates in the EU in 2010. The increase is projected to occur gradually, with fertility rates in these countries approaching but not reaching the current EU average fertility rate in 2060». Mesmo estas considerações prudentes estão, a meu ver, ultrapassadas pela crise actual (no nosso caso), estando inviabilizados os incentivos à natalidade, pecuniários e não só, pelas conhecidas razões orçamentais. Além disso, a conjuntura recessiva prolongada que vivemos vai reflectir-se nos comportamentos, atrasando a constituição de novas famílias e, sobretudo, a decisão de procriação, com efeitos duradouros e, consequentemente, impacto estrutural.

Mortalidade: as actuais dificuldades em manter os níveis de cuidados de saúde, que até hoje o SNS tem disponibilizado, bem como os níveis de substituição dos salários pela Segurança Social na situação de doença, poderão limitar os ganhos de longevidade que se têm reflectido na elevação da esperança de vida à nascença e nas idades avançadas.

Migrações: mesmo o Ageing Report 2012, que adopta o pressuposto de migração líquida positiva até 2060, avança valores propostos muito reduzidos pelo que, a verificarem-se, não teriam impacto significativo sobre as variáveis microdemográficas, o que justifica perfeitamente a sua não-consideração (reforçada pela conjuntura actual, embora, se esta se prolongar muito, irá ter um efeito qualitativo importante em resultado da fuga dos jovens mais qualificados para o estrangeiro).

Projecções: A população portuguesa declina no longo prazo em todos cenários (MFM/MJVR e EU/AWG - Ageing Report 2012). Os índices estruturais continuarão a evoluir no sentido do duplo envelhecimento da pirâmide de idades.

2. Consequências

O Estado Social, tal como o construímos nas décadas de 80-90, é demograficamente insustentável.

Em termos de Segurança Social isso implica a continuação de ajustamentos à demografia dos montantes das pensões (e de outras prestações sociais) recebidas, semelhantes ao factor de sustentabilidade vigente.

Sê-lo-á também economicamente insustentável, a menos que a economia cresça acima de 2,5-3% (o que nem os mais optimistas se atrevem a conjecturar).

Sendo assim, as reduções dos valores reais das prestações da Segurança Social irão continuar. A indexação a variáveis económicas (à taxa de inflação ou ao salário médio/ produtividade) continuará suspensa e as fórmulas de cálculo das prestações poderão sofrer novas revisões.

A sustentabilidade financeira (equilíbrio entre receitas e despesas da Segurança Social no longo prazo) continuará ameaçada pela conjunção dos dois factores demográfico e económico. A redução dos valores nominais, iniciada com o confisco do 13.º e 14.º meses este ano, será mantida, através de algo equivalente para contornar o obstáculo constitucional. A perspectiva de desagravamento contributivo das empresas continuará longínqua, na ausência de alternativa fiscal compensatória exequível.

REFLEXÕES, na PERSPECTIVA da EDUCAÇÃO: MENOS JOVENS = MENOS DESPESA na EDUCAÇÃO?

PEDRO TELHADO PEREIRA

Economista

Professor Catedrático da Universidade da Madeira

Reflexões sobre os «Cenários Demográficos 2030» na perspectiva da Economia da População e da Educação – Pedro Telhado Pereira, Professor Catedrático da Universidade da Madeira

No documento «Cenários Demográficos 2030» de Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa são apresentados três cenários, sendo que no cenário 0 se mantém a fecundidade e nos outros cenários se aumenta. No entanto, existe um conjunto de circunstâncias que a Economia da População tem apontado como causadoras de uma diminuição da fecundidade: o aumento de escolaridade nas mulheres, a precariedade do emprego (contratos a prazo), a entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), a incerteza acerca do futuro (garantia de que existirá um apoio público às famílias), a dificuldade em se tornar independente dos pais e a não-existência de um discurso oficial pró-família.

Perante a conjuntura económica actual, e as expectativas criadas sobre a sua evolução no curto prazo, não é de esperar que a fecundidade aumente, sendo até muito provável que venha a diminuir. Assim, a minha reflexão será sobre o cenário 0, o qual apresenta uma diminuição de 27,4% da população jovem (0-14 anos) e de 18,5% nos adultos mais jovens (15-24 anos) entre 2010 e 2030.

Se admitirmos que a situação do sistema educacional para o grupo etário dos jovens é a desejável em termos de qualidade,

concluimos que em termos de quantidade se poderão fazer reduções da oferta que implicarão reduções da despesa pública e privada. No entanto, lembrando que em 2009 só 48% da nossa população dos 25-34 possuía o secundário completo, comparando com 81% para o conjunto dos países da OCDE e 83% para os países da EU21 (OCDE Education at a Glance, 2011), o combate aos altos níveis de abandono existentes e a obrigatoriedade de concluir o 12.º ano de escolaridade poderão fazer com que as poupanças não sejam tão significativas como a redução do número de potenciais estudantes faria prever.

No caso dos adultos mais jovens, os números apresentados pela OCDE (Education at a Glance, 2011) mostram que no respeitante à população portuguesa dos 25-34, em 2009, ainda existia um diferencial negativo em relação tanto à média dos países da OCDE, como à média dos países da EU21 em termos de ensino superior. Sendo assim, a diminuição do número de jovens adultos pode não conduzir a uma redução de alunos, devido ao aumento da participação no ensino pós-secundário e superior, levando a que não seja de prever poupanças na despesa pública e privada.

O aumento do nível educativo e das competências das pessoas que entram no mercado de trabalho leva a um acréscimo da produtividade em relação aos trabalhadores actuais, o que pode evitar a diminuição do PIB per capita, se a produtividade média por adulto menos jovem crescer cerca de 4% entre 2010 e 2030, o que me parece alcançável.

O FUTURO INEVITÁVEL da DEMOGRAFIA

CARL HAUB

Demógrafo

Investigador visitante no Population Reference Bureau

Em qualquer país, prevê-se que as tendências populacionais futuras sejam, em grande parte, resultado do seu passado demográfico. E Portugal não é, obviamente, excepção a esta regra.

A demografia, ao contrário de outras áreas, possui uma certa inevitabilidade. Na economia, por exemplo, existem vários factores que podem mudar a situação económica de um país de forma bastante rápida, contrariando as previsões de crescimento ou declínio económico. Na demografia, antecipar um período de, por exemplo, 20 anos é muito diferente.

A grande maioria da população que existirá daqui a 20 anos já existe actualmente. Obviamente sabe-se que a população actual será simplesmente 20 anos mais velha, apesar de que alguns terão falecido.

É particularmente a população com idade inferior a 20 anos que, em parte, é desconhecida. Dizemos “em parte” visto que não é totalmente desconhecida. Deixando para já de lado a imigração, essa população será composta pelo número de nascimentos que vão verificar-se nos próximos 20 anos. Como sugerido acima, podemos possuir uma previsão razoável desse número, com base no que aconteceu no passado recente.

Sabe-se que as taxas de natalidade diminuíram drasticamente na Europa nas últimas décadas, registando em muitos países níveis extremamente baixos que se revelaram uma grande surpresa.

O gráfico abaixo apresenta o exemplo de Portugal. Ele mostra o número médio de filhos que uma mulher em Portugal teria se a taxa de maternidade de um ano em particular se mantivesse inalterada (também designada de taxa de fecundidade total - tft).

A tft de Portugal diminuiu drasticamente na década de 70, dos anteriores 3,2 filhos por mulher, apesar de esse declínio ter começado mais tarde do que noutros países europeus. Mas a tft mostra um padrão europeu comum ao desses países: após alcançar um nível muito baixo, manteve-se estável.

Hoje, as mulheres em Portugal têm uma média de 1,3 filhos, e esse número ainda não deu sinais de aumentar. A consequência de uma taxa de natalidade tão baixa é demonstrada na “pirâmide” populacional de Portugal, no gráfico abaixo. A faixa etária mais jovem, no fundo, com idades entre os zero e quatro anos, representa os nascimentos nos últimos cinco anos. Note como é progressivamente menor do que a faixa etária imediatamente acima.

O facto importante aqui é que o número decrescente de jovens irá naturalmente representar os progenitores de amanhã. Em Portugal, a maternidade regista maior incidência em mulheres com aproximadamente 30 anos de idade, e pode-se verificar que

essa faixa etária já começou a diminuir e que as faixas etárias inferiores estão cada vez menores.

De notar que a faixa etária dos zero aos quatro é praticamente metade do tamanho do maior grupo no país, com idades entre os 35 e 39.

O resultado? Se a taxa de natalidade se mantiver, o número anual de nascimentos irá diminuir. Na verdade, mesmo se a taxa de natalidade aumentar ligeiramente, o número de nascimentos irá diminuir, ainda que um pouco menos. É claro que a tft teria de aumentar para níveis comparativamente elevados para garantir uma qualquer “recuperação” a nível dos nascimentos. Mas, por agora, não há sinais desta recuperação.

Porque se verificou este colapso da taxa de natalidade? Apesar de as causas variarem de país para país, existem algumas semelhanças.

Com certeza que o mal-estar económico que afectou a Europa nos últimos anos desempenha um papel importante, o qual foi exacerbado pela recente recessão global.

Os potenciais jovens pais que não conseguem encontrar um emprego estável podem acabar por nunca serem pais. Se o forem, a gravidez acontecerá mais tarde e terão talvez não dois mas apenas um filho. Mas parece ser algo mais do que isto.

Em muitos países industrializados, não apenas na Europa mas também no Japão e na Coreia do Sul, os jovens não sentem a necessidade de começar uma família tão cedo quanto antes.

Com um maior número de mulheres a trabalhar, muitas vezes a gravidez interrompe carreiras, diminuindo os rendimentos sem um apoio estatal adequado. E há distrações para os jovens na casa dos 20 que eram menos comuns no passado, como as viagens.

Resumindo, vários anos de baixas taxas de natalidade prepararam o terreno para novas questões e decisões políticas.

Se os esforços para encorajar grandes famílias falharem, existe sempre a possibilidade de a imigração preencher as lacunas, apesar de nem sempre esta ser uma solução popular. À medida que diminui o número de trabalhadores para suportar os reformados e idosos, foi e será sugerida a proposta ainda menos popular de aumentar as idades de reforma.

Seja qual for a solução, esta terá de ser abordada agora, pois já se deixou passar demasiado tempo.

in Diário de Notícias, 6 de Agosto de 2012

